

Consórcio Setentrional de Educação a Distância  
Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás  
Curso de Licenciatura em Biologia a Distância

## Limitações do Ensino Inclusivo no atual sistema educacional

Vivianni de Matos Gama

Brasília  
2011

Vivianni de Matos Gama

## Limitações do Ensino Inclusivo no atual sistema educacional

Monografia apresentada, como exigência parcial para a obtenção do grau pelo Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília/Universidade Estadual de Goiás no curso de Licenciatura em Biologia a distância.

Brasília  
2011

Vivianni de Matos Gama

## Limitações do Ensino Inclusivo no atual sistema educacional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Biologia do Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília/Universidade Estadual de Goiás.

**Aprovado em 11 de junho de 2011.**

---

Profa. Esp. Melissa Silva Monteiro  
Universidade de Brasília  
Orientadora

---

Profa. Fernanda Gomes Siqueira  
Universidade de Brasília  
Avaliador I

---

Prof. Ms. Anne Caroline Dias Neves  
Universidade de Brasília  
Avaliador II

**Brasília  
2011**

## AGRADECIMENTOS

Ao meu namorado, pelo apoio e compreensão.

Aos meus pais, pela paciência.

Aos tutores e monitores do LicBio, que mesmo com todas as dificuldades ficaram conosco até o fim do curso.

*“Educar é impregnar de sentido o que fazemos a  
cada instante!”*

Paulo Freire

## RESUMO

GAMA, Vivianni de Matos. **Limitações do Ensino Inclusivo no atual sistema educacional**. 11 de junho de 2011. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em Ciências Biológicas – Universidade de Brasília, Brasília, 2011

A proposta de inclusão escolar não é um fato novo, porém, na história brasileira é algo que só ganhou destaque nos últimos anos, com a Constituição de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases de 1996, ainda que haja relatos de que na época do Império já se praticava a educação inclusiva. Para que a educação inclusiva aconteça com qualidade é necessário formar profissionais capacitados para trabalhar com alunos especiais. Este trabalho teve como objetivo avaliar a realidade do ensino inclusivo nas escolas e como resultados verificou-se que há resistência por parte dos professores em aceitar trabalhar com esse tipo de aluno e diagnosticou que as universidades brasileiras não estão preparadas para capacitar profissionais a inclusão escolar

Palavras-chave: educação inclusiva, universidades, professores.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                      |    |
|------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Representação educação inclusiva.....     | 13 |
| Figura 2 – Dados sobre escolas inclusivas do DF..... | 18 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                              |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – Representação dos currículos de Biologia e Pedagogia por universidade.<br>.....   | 17 |
| Tabela 2 – Quantitativo de alunos por trabalho com PNEE .....                                | 19 |
| Tabela 3 – Entrevistados que sentiram dificuldade em trabalhar com PNEE .....                | 19 |
| Tabela 4 – Entrevistados que receberam/acreditam no preparo para trabalhar com<br>PNEE ..... | 20 |
| Tabela 5 – Professores que estudaram sobre PNEE durante a faculdade .....                    | 21 |
| Tabela 6 – Professores preparados para o trabalho com PNEE.....                              | 21 |
| Tabela 7 - Escolas que incentivam o estudo sobre PNEE .....                                  | 23 |

## LISTA DE SIGLAS

|        |                                                    |
|--------|----------------------------------------------------|
| DF     | Distrito Federal                                   |
| FEPECS | Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde |
| GDF    | Governo do Distrito Federal                        |
| LDB    | Lei de Diretrizes e Bases                          |
| LIBRAS | Linguagem Brasileira de Sinais                     |
| LICBIO | Licenciatura em Biologia                           |
| NEE    | Necessidades Educacionais Especiais                |
| PNEE   | Portadores de Necessidades Educacionais Especial   |
| TCC    | Trabalho de Conclusão de Curso                     |

## SUMÁRIO

|                                                                     |            |
|---------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>                                         | <b>iii</b> |
| <b>RESUMO.....</b>                                                  | <b>v</b>   |
| <b>LISTA DE FIGURAS .....</b>                                       | <b>vi</b>  |
| <b>LISTA DE TABELAS .....</b>                                       | <b>vii</b> |
| <b>LISTA DE SIGLAS.....</b>                                         | <b>vii</b> |
| <b>Introdução.....</b>                                              | <b>10</b>  |
| <b>Importância da Educação Inclusiva e Ensino de Ciências .....</b> | <b>13</b>  |
| <b>Objetivos .....</b>                                              | <b>15</b>  |
| <b>Metodologia .....</b>                                            | <b>16</b>  |
| <b>Resultados e Discussões .....</b>                                | <b>17</b>  |
| <b>Conclusão .....</b>                                              | <b>24</b>  |
| <b>Referências Bibliográficas .....</b>                             | <b>27</b>  |
| <b>Anexos .....</b>                                                 | <b>29</b>  |

## 1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a discussão em torno das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais se inicia no século XVI, quando <sup>1</sup>médicos pedagogos começam a acreditar que tais pessoas seriam capazes de ser educadas (MENDES, 2002,apud REIS; EUFRÁZIO;BAZON,2010, p.113). Ao longo dos séculos essa ideia foi sendo aperfeiçoada, mas somente no século XX que a educação <sup>2</sup>inclusiva participa efetivamente das discussões políticas e pedagógicas.

No Brasil, a educação de alunos especiais é datada da época do Império, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, e Instituto dos Surdos Mudos em 1857 (FIGUEIREDO, 2009), porém é no final da década de 60 e começo da década de 70 que surgem as maiores discussões sobre esse tema pela sociedade (BUENO, 1991, apud MENDES, 2002). Porém, somente na década de 90 essa temática começou a ganhar destaque nas discussões acadêmicas, nas comunidades escolares e na política (BEYER, 2003).

Na Constituição de 1988 já havia a preocupação em garantir o acesso de pessoas com deficiência nas escolas regulares, onde consta que a educação é direito de todos e dever do Estado e, que o Estado deve garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência,...” (art. 208, inciso III), mas é com a Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais que o tema “inclusão” alcança seu ápice.

Com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), a educação especial ganha atenção e destaque, priorizando que essa seja feita de maneira inclusiva e, preferencialmente, na rede pública de ensino, (requisitos presentes no seu título III ,art. 4º inciso III e capítulo V). Desde então novas regulamentações (Lei 3.218/03 no DF, Portaria 1.793/94) têm sido definidas

---

<sup>1</sup>De acordo como que consta no artigo “A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ENSINO SUPERIOR:PRÁTICA DOCENTE COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL, de apud REIS; EUFRÁZIO;BAZON,2010, médicos pedagogo era uma profissão.

<sup>2</sup>Inclusão pode significar inserção de alunos de diferentes etnias, culturas, classe social na rede pública de ensino, porém, aqui, nesse trabalho será usada como sinônimo de inserção de pessoas com deficiências, tanto físicas quanto mentais, nas escolas públicas.

pelas autoridades competentes no intuito de se redefinir ações e reorientar os profissionais da educação para praticarem a educação inclusiva na rede pública de ensino. Porém, a realidade de inclusão nas escolas ainda está bem longe de se concretizar.

Diversas pesquisas (VITALIANO,2007) demonstram os insucessos que tem sido a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na rede pública de ensino. As deficiências se apresentam na inadequação de estruturas físicas, falta de recursos humanos e de materiais dos colégios, ou por falta de verbas do governo, ou até mesmo por falta de qualificação dos profissionais de educação, esta última a mais importante para a consolidação da educação inclusiva.

Na LDB (LEI Nº 9.394,1996) está previsto que os alunos com NEE deveram ser atendidos “por professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como a presença de professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Capítulo V, art. 59, Inciso III, sem página). No DF (Distrito Federal), a Lei 3.218/03 prevê que os profissionais de educação recebam formação continuada para atuarem na educação inclusiva, porém, o que se vê é que a maior parte dos professores e profissionais de educação em geral, não está preparada para lidar com alunos especiais. Um dos motivos dessa baixa capacitação é a estrutura pedagógica dos cursos de formação profissional em Licenciatura no Brasil, somada à ausência de professores e disciplinas que o habilitem a trabalhar este assunto em sala de aula.

Pesquisas demonstram que professores de nível superior (aqueles responsáveis por formar outros professores) não se sentem preparados, não possuem formação suficiente, ou não se sentem à vontade para tratar desses assuntos com seus alunos ou, até mesmo, para trabalhar com alunos portadores de necessidades educacionais especiais. (VITALIANO, 2007)

No DF, a maior parte das universidades que oferecem cursos de Licenciatura, não disponibilizam disciplinas suficientes para preparar futuros educandos para trabalharem com PNEE (Portadores de Necessidades Educacionais Especiais). Essa deficiência ocorre, inclusive, nos cursos de Pedagogia, que teoricamente, deveriam formar os profissionais com competência para trabalhar com esse tipo de aluno. Situação grave e alarmante, por demonstrar que a falta de preparo se inicia nas universidades brasileiras e com as pessoas que deveriam ser responsáveis por

propiciar condições de superar dificuldades socialmente impostas, através da educação, ou seja, com os professores.

Outro fator que agrava a deficiência na formação do professor é a não obrigatoriedade de estágios, durante o período do estágio curricular, em escolas ou instituições que pratiquem a educação inclusiva, durante o período de estágio supervisionado. Fator, muitas vezes, indicados pelos próprios alunos e professores dos cursos de licenciatura. (VITALLIANO, 2007)

Além disso, não há um investimento eficiente em educação especial no Brasil por parte do governo, que muitas vezes deixa de contribuir com o básico, para que haja as adaptações necessárias na escola para lidar com esse tipo de aluno, como disponibilizar monitores para realizarem o acompanhamentos de alunos especiais. Realidade bastante frequente nas escolas do Distrito Federal.

O direito a educação está previsto na Constituição Federal como um direito social de qualquer cidadão, inclusive das pessoas com deficiências, assim como contra, também na LDB e, tanto a Constituição quanto a LDB prevê que a inclusão seja feita na rede pública de ensino. Mas não é só garantir educação, é garantir educação de qualidade e que respeite as limitações de cada um.

A Declaração de Salamanca, também prevê a educação especial como algo fundamental ao ser humano, que deve ter suas necessidades respeitadas para que se possa atingir o desenvolvimento da aprendizagem de cada um.

A Lei Distrital nº 3.218/ 2003 regulamenta a educação inclusiva no DF, porém essa lei traz algo de fundamental importância para pessoas com deficiência ao resguarda o direito da criança que não possa estar em classe regulares de ensino: "...ressalvados os casos nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança ou quando necessário para o bem-estar da criança."(art.1º§1º).

## 1.1 Importância da Educação Inclusiva e Ensino de Ciências.

Figura 1: representação educação inclusiva



Fonte: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Sobre/ProjSociais\\_Resenha.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Sobre/ProjSociais_Resenha.aspx) acessado em 14 de maio de 2011

Atualmente, os professores deixaram de ter o papel de serem, exclusivamente, os responsáveis pela transmissão de conhecimento aos alunos, e passaram a ser educadores, além de desempenharem papéis de pais, amigos, psicólogos e orientadores. Assim como a escola não é mais o ambiente físico para somente apreender conteúdos, passando a ser um local de manifestação e prática de valores como cidadania, boa educação e interação social. Desse modo, a escola, juntamente com os professores, torna-se responsável por formar e moldar o caráter das pessoas, ou seja, formar cidadãos.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, sem página), as escolas que praticam a inclusão

“constituem os meios **mais eficazes** de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência (...).”(grifo nosso)

É nesse sentido que se faz necessário que a educação inclusiva seja feita da maneira mais adequada possível e ao longo de toda a vida escolar dos alunos, para que se possam formar pessoas tolerantes, responsáveis e capazes de respeitar as diferenças entre as pessoas. Além disso, é necessária também para que, pessoas com algum tipo de deficiência, possam receber uma boa educação capaz de inseri-las no mercado de trabalho, para tirá-las do risco de marginalização, estigmatização e preconceito. Assim, inclusão é (SESSALD, 97 apud FIGUEIREIDO, 2009?, página 7)

“Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.”

Inclusão não é simplesmente colocar pessoas com NEE em turmas ditas normais, sem nenhum preparo para receber esses alunos, tanto por parte da escola como pelos profissionais em educação. Inclusão é fornecer a esses alunos a estrutura da qual eles precisam para que seja efetivo o seu processo de aprendizagem, e ainda, se adequar as necessidades e limitações de cada aluno.

Ter professores preparados para lidar com alunos portadores de NEE é o principal passo para o sucesso na inclusão desses alunos na comunidade escolar e, conseqüentemente, na sociedade, pois, como dito anteriormente, esses profissionais são responsáveis, além de tudo, em formar cidadãos. Com isso, um tratamento inadequado a um aluno com NEE pode significar o aumento da discriminação (ao invés da diminuição), a renúncia desse aluno ao direito de ter uma educação, e pode, inclusive, ser uma forma de *bullying*. E para os professores de ciências, ou biologia, essa preparação se faz mais necessária ainda, uma vez que, geralmente, esses profissionais são responsáveis por tratar de assuntos de interesse político, social e, até mesmo, de saúde.

São os professores de biologia que trabalham com mais frequência os temas ditos “transversais” e “interdisciplinares”, tais como sexualidade, gravidez precoce, Doenças Sexualmente Transmissíveis e prevenção contra as drogas, além de tratar de assuntos referentes ao corpo humano e a vários tipos de doenças associadas as condições de vida do indivíduo, como malária e esquistossomose, por exemplo. Inclusive, obteve-se informação de que há, pelo menos uma escola pública, no DF onde os alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais não participam das aulas de Biologia.

## 1.2. OBJETIVOS

Esse trabalho tem por objetivo principal:

- Avaliar o ensino inclusivo no atual sistema educacional em uma amostra de escolas públicas do Distrito Federal.

E como objetivos específicos, os seguintes questionamentos:

- Os professores de biologia estão preparados para lidar com alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE)? ;
- Os professores de Biologia receberam algum tipo de preparado para lidar com PNEE durante sua graduação? ;
- Os atuais formandos do Curso de Licenciatura em Biologia a Distância(LicBio) se sentem aptos para lecionar em turmas com PNEE? ;
- O corpo discente do curso de biologia LicBio crê que o curso, da forma como está estruturado, é capaz de formar profissionais para lidar com PNEE?.
- Atualmente as faculdades que possuem o curso de Ciências Biológicas estão preparando professores para lidar com PNEE?

## **2. METODOLOGIA**

Para responder as questões levantadas como objetivos desse TCC foram realizadas pesquisas nas grades curriculares dos cursos de Ciências Biológicas e Pedagogia de diferentes instituições de ensino superior do DF e entrevistas com professores da rede pública de ensino.

### **2.1 Participantes**

Participaram dos questionários 22 alunos da fase 1 do Curso de Licenciatura em Biologia a Distância da Universidade de Brasília (LicBio) e 14 professores de Ciências Biológicas da rede pública de ensino do DF, de escolas de Ensino Médio e Fundamental, das regiões de Taguatinga e Ceilândia.

### **2.2 Metodologia para coleta de dados**

A coleta de dados ocorreu de duas maneiras:

1. Pesquisas nos sítios da internet das instituições de ensino superior para coletar dados acerca das disciplinas voltadas pra educação especial oferecidas por essas instituições, onde foram analisados os currículos de nove instituições distintas e comparados os currículos de Biologia ou Licenciatura com o de Pedagogia.
2. Entrevistas estruturas com dois grupos distintos, um formado pelo corpo discente do LicBio e o outro formado por professores de Biologia da rede pública de ensino.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para tentar responder se os cursos de Ciências Biológicas oferecidos atualmente pelas universidades estão preparados para formar professores aptos a trabalharem com PNEE, foram analisados os currículos dos cursos de Pedagogia e Ciências Biológicas de nove <sup>3</sup>instituições de Ensino Superior do DF, incluindo a única universidade pública do DF (com exceção da FEPECS que só possui cursos na área da saúde). Quando a faculdade não possuía o curso de Ciências, analisou-se outro curso na área de Licenciatura. O curso de Pedagogia foi analisado somente para servir de parâmetro.

Dos nove currículos de Ciências Biológicas analisados, incluindo o da única universidade pública do DF, apenas um mostrou ter, como disciplina obrigatória, uma disciplina exclusiva para trabalhar com o tema Educação Inclusiva, como mostra a Tabela 1, enquanto as outras, com exceção de uma, mostraram apenas disponibilizar alguma disciplina sobre LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais).

Tabela 1- Representação dos currículos de Biologia e Pedagogia por universidade.

| Faculdade | Pedagogia          |              | Biologia ou outro curso de Licenciatura |              |
|-----------|--------------------|--------------|-----------------------------------------|--------------|
|           | Educação Inclusiva | Libras       | Educação inclusiva                      | Libras       |
| A         | 2 disciplinas      | 0 disciplina | 0 disciplina                            | 0 disciplina |
| B         | 1 disciplina       | 1 disciplina | 0 disciplina                            | 1 disciplina |
| C         | 1 disciplina       | 1 disciplina | 0 disciplina                            | 1 disciplina |
| D*        | 1 disciplina       | 1 disciplina | 0 disciplina                            | 1 disciplina |
| E         | 1 disciplina       | 1 disciplina | 1 disciplina                            | 1 disciplina |
| F         | 1 disciplina       | 1 disciplina | 0 disciplina                            | 1 disciplina |
| G*        | 1 disciplina       | 1 disciplina | 0 disciplina                            | 1 disciplina |
| H         | -                  | -            | 0 disciplina                            | 1 disciplina |

\*Universidades que não possuem o curso de Ciências Biológicas

- Currículo não analisado.

<sup>3</sup>Por questões éticas optou-se por não utilizar os nomes das instituições de ensino superior que tiveram seus currículos analisados

De acordo com a Tabela 1, os currículos de Pedagogia oferecidos pelas Universidades do DF também não apresentam uma estrutura que contemple o ensino de Educação Inclusiva, fator demonstrado pela quantidade de disciplinas ofertadas que trabalham esse assunto, que, em sua maioria, foi de apenas uma.

Esse fato também fica evidenciado pela opinião de alunos de curso superior e professores já formados, assim como, em pesquisas realizadas por profissionais de educação como afirma VITALLIANO, 2007.

Ainda seguindo essa mesma temática, foram entrevistados 22 alunos dos diversos pólos do curso oferecido pelo Curso de licenciatura em Biologia a Distância da Universidade de Brasília -LicBio. Desses 22, 12 alunos trabalharam com PNEE, representando um percentual de 54, 5% e, 10 não trabalharam com PNEE, como mostra a Tabela 2, o que comprova que a educação inclusiva ainda não acontece em todos os colégios da rede pública.

Figura 2: Dados sobre escolas inclusivas do DF



Fonte: <http://www>

em 13 de maio de 2011

Tabela 2- Quantitativo de alunos por trabalho com PNEE.

|                                           |    | Porcentagem |
|-------------------------------------------|----|-------------|
| Número de alunos do LicBio entrevistados  | 22 | 100         |
| Número de alunos que trabalharam com PNEE | 12 | 54,5        |
| Número de alunos que não trabalharam      | 10 | 45,5        |

Desses 12 alunos que trabalharam com PNEE, 58,3% sentiram alguma dificuldade em trabalhar com esses alunos, enquanto 41,7% não sentiram qualquer tipo de dificuldade como demonstra a Tabela 3. Fato esse que pode ser explicado pela falta de interesse e preocupação que muitos professores possuem no que tange a educação de aluno especial, pois, trabalhar com esses alunos, por menor que seja o grau de deficiência do aluno, sempre implica em uma preparação diferenciada da aula por parte dos professores.

Tabela 3- Entrevistados que sentiram dificuldade em trabalhar com PNEE

|                                                                              |   | Porcentagem |
|------------------------------------------------------------------------------|---|-------------|
| Número de alunos que sentiram dificuldade em trabalhar com PNNE              | 7 | 58,3        |
| Número de alunos que <b>não</b> sentiram dificuldades em trabalhar com PNEE. | 5 | 41,7        |

Dentre as maiores dificuldades apontadas pelos alunos do LicBio está o fato de não saberem exatamente como preparar um aula que possa ser adequada tanto para atender alunos com NEE quanto para os alunos que não possuem NEE. Além de terem tido dificuldades em inserir esses alunos nas atividades da turma.

Já quando o assunto é se o curso está preparado para formar alunos para trabalhar com PNEE, a grande maioria dos alunos entrevistados afirma que não, com 72,7% contra 27,3% que acreditam que o curso esteja preparado, como pode ser visto na Tabela 4.

Os mesmos valores e porcentagens se aplicam para o fato de acreditarem ou não em terem recebido algum tipo de preparo para lidar com PNEE, ou seja, 72,7% não creem terem recebido algum tipo de preparo contra 27,3% que acreditam.

Muitos dos alunos que disseram ter recebido alguma orientação para trabalhar com PNEE, alegam não se sentirem preparados para trabalhar com os mesmos, ou seja, pensam que a orientação recebida não foi o suficiente, representando quatro alunos em um total de seis. Confirmando o que vários autores afirmam, como VITALLIANO, 2007 e MENDES, 2003.

Tabela 4- Entrevistados que receberam/acreditam no preparo para trabalhar com PNEE

|                                                                                                                     | Quantidade | Porcentagem |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------|
| Alunos que acreditam que o LicBio seja capaz de formar profissionais capacitados para trabalhar com PNEE            | 6          | 27,3%       |
| Alunos que <b>não</b> acreditam que o LicBio seja capaz de formar profissionais capacitados para trabalhar com PNEE | 16         | 72,7        |
| Alunos que acreditam ter recebido algum tipo de preparo para lidar com PNEE                                         | 6          | 27,3%       |
| Alunos que <b>não</b> acreditam ter recebido algum tipo de preparo para lidar com PNEE                              | 16         | 72,7        |

Segundo CASTANHO e FREITAS, 2005, a universidade deve ser o espaço onde as pessoas compartilham e promovem conhecimentos, além de representar um local para o convívio e desenvolvimento social, por isso a deficiência em formar profissionais capacitados para o trabalho com PNEE representa uma perda não só para ela mesma, mas sim para toda a sociedade, principalmente para as pessoas que sofrem com discriminação e preconceito.

Quando é o assunto se refere a professores já formados e que já dão aulas, o cenário não muda muito de situação, como mostra a pesquisa realizada com professores de escolas públicas do DF.

Foram entrevistados, ao todo, 14 professores de escolas públicas do Distrito Federal, divididas entre Ensino Médio e Fundamental, localizadas nas cidades satélites de Ceilândia e Taguatinga.

Dentre os professores entrevistados, sete professores ou 50% afirmam terem sido preparados enquanto cursavam a faculdade para trabalharem com PNEE ao se formarem, em contrapartida, 50% afirma que não receberam nenhum tipo de preparo, como evidencia a Tabela 5.

Apesar do número de professores que não tiveram disciplinas específicas para o ensino de educação especial durante sua formação representar 50% do total entrevistado, esse dado não chega a ser alarmante, uma vez, que a preocupação em torno do ensino inclusivo só começou a ganhar força de uns 15 anos pra cá e, só ganhou destaque e preocupação a bem menos tempo, ou seja, muitos professores que estão, atualmente, dando aulas não tiveram oportunidade de estudar sobre o assunto, pois os currículos dos cursos de Licenciatura, incluindo o de Biologia, passaram por várias modificações ao longo do tempo.

Tabela 5- Professores que estudaram sobre PNEE durante a faculdade.

|                                                                                                 | Quantidade | Porcentagem |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------|
| Professores que receberam algum preparo para trabalhar com PNEE durante sua formação            | 7          | 50%         |
| Professores que <b>não</b> receberam algum preparo para trabalhar com PNEE durante sua formação | 7          | 50%         |

De acordo com a Tabela 6, 64,3% ou nove professores afirma que se sentem preparados, hoje, para ensinar alunos com necessidades educacionais especiais, enquanto, 35,7% ou cinco professores, falaram que ainda não se sentem preparados para entrar em uma sala de aula que possua alunos especiais.

Tabela 6- Professores preparados para o trabalho com PNEE.

|                                                                                | Quantidade | Porcentagem |
|--------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------|
| Professores que, hoje, se sentem preparados pra trabalhar com PNEE.            | 9          | 64,3%       |
| Professores que, hoje, <b>não</b> se sentem preparados pra trabalhar com PNEE. | 5          | 35,7%       |

A falta de preparo que alguns professores apontam, muita vezes está associada não a falta de aprendizagem por parte deles e sim, a própria condição humana, ou seja, muito professores ainda possuem preconceito para trabalhar com crianças, jovens e adultos especiais.

E quanto o assunto é vencer preconceitos é necessário muito mais do que uma ou duas disciplinas obrigatórias no currículo do curso de Ciências Biológicas.

Essa realidade não é de exclusão ocasionada pelo preconceito não é exclusiva das escolas que ficam em área das comunidades mais carentes, atingindo qualquer aluno, professores, diretor, independente da escola ou do bairro onde está localizada.

Há relatos de preconceito dentro das próprias universidades brasileiras, inclusive nos cursos de pedagogia, que, em tese, deveriam possuir os alunos e professores melhor preparados para lidarem com alunos especiais, ou seja, a resistência em trabalhar e interagir com a inclusão começa dentro das universidades, com as pessoas mais esclarecidas sobre o assunto.

Alguns professores simplesmente não gostam de trabalhar com PNEE por se algo muito trabalhoso, já que, tudo tem que ser adaptado para esses alunos, a aula para a turma que possui alunos PNEE tem que ser diferenciada das demais, a forma de avaliação tem que ser diferente, até a elaboração de provas, testes e trabalhos tem que ser distinta dos outros alunos. Isso representa trabalho dobrado para os professores e, na maioria dos casos, o salário e as condições de trabalhando acabam não sendo atrativas para esses professores.

E porque preparar professores é importante para o trabalho com pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais?

Porque esses profissionais são os responsáveis por transmitir conhecimentos e valores e, assim, formar e moldar caráter, além de ajudarem a construir uma sociedade mais igualitária, mais justa e mais tolerante as diferenças e particularidades de cada pessoa.

Quando perguntados se a escola onde trabalham os incentiva a se aprimorar sobre a educação inclusiva, 57,1% ou oito dos entrevistados disseram que não e, 42,9% ou seis disseram que sim, que a escola os incentiva a estar se aprofundando sobre o tema, como consta na Tabela 7.

Tabela 7- Escolas que incentivam o estudo sobre PNEE.

|  | Sim | Não |
|--|-----|-----|
|  |     |     |

|                                                                                           |       |       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|
| A escola onde trabalha te incentiva a aprimorar seu conhecimento sobre educação inclusiva | 6     | 8     |
| Porcentagem                                                                               | 42,9% | 57,1% |

Isso mostra que a falta de incentivo está presente também na gestão e organização dos colégios, já que, incentivar pode simplesmente significar reservar alguma data do ano letivo para ser realizado trabalho ou projeto sobre o tema no PPP do colégio, como muitas escolas já deixam reservado alguma semana do ano letivo para a realização de Feira de Ciências ou Feira do Livro, por que não realizar uma semana da inclusão?

#### 4. CONCLUSÃO

Com o surgimento das maiores discussões sobre a educação inclusiva e, após a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, que regulamentou e padronizou as oportunidades, tratamentos e que pessoas com deficiência deveriam receber, foi que a prática da educação inclusiva começou a ser implementada com mais frequência nas escolas públicas de todo o Brasil. Foi a partir daí que os governos Federal e Estaduais começaram a criar normas e leis para garantir o direito a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais.

A Constituição de 88 já trazia em seu texto a premissa de que a educação é um direito de todos e dever do Estado e que o Estado asseguraria que todos, independente de qualquer fator, teriam oportunidade de estudar e permanecer nas escolas. Além, de garantir atendimento especializado para alunos com NEE.

Com essas regulamentações, o Estado, através da Constituição, visava “universalizar o atendimento escolar (art. 214, II)” e garantir adequada “formação para o trabalho (art. 214, IV)” por meio da educação. E nesse contexto, mesmo não estando de forma implícita na Constituição, garantir que pessoas com deficiência sejam inseridas na sociedade e no mercado de trabalho.

Após, a Constituição veio a LDB (Lei nº9.394,1996) e diversas outras normas, tanto federais quando estaduais, para garantir o direito de inserção de pessoas com deficiência nas escolas públicas e que elas receberiam um ensino de qualidade e adaptados as suas necessidades e limitações.

Porém, o que se observa atualmente na maioria das escolas do DF, é que essas pessoas estão tendo seus direitos lesados, pois muitos colégios não possuem uma estrutura física adequada para trabalhar com PNEE, além de não terem recursos financeiros e profissionais qualificados. Coisas simples e necessárias, como a presença de monitores para esses alunos não estão sendo garantidas pelas escolas do DF e, em muitos locais, tais alunos já perderam o ano letivo, pois estão sem monitor desde o começo do ano letivos, uma vez, que até agora, o GDF não mandou tais profissionais para as escolas.

Outro fator que agrava a situação é a falta de preparo dos profissionais de educação no geral, mas, principalmente, dos professores, uma vez, que são eles que irão trabalhar diretamente com alunos PNEE.

A falta de preparo dos professores evidencia a falta de preparo das universidades brasileiras em formar profissionais capacitados para o trabalho com alunos especiais, como foi mostrado nesse trabalho. Essa deficiência ficou evidente, inclusive, nos cursos de Pedagogia.

Além disso, a falta de estágios curriculares com alunos PNEE, se torna mais um obstáculo para a concretização do ensino inclusivo, pois, é nesse período que os alunos de licenciatura começam a adquirir prática de como trabalhar em sala de aula, de como se tornarem professores. É nesse período que se aprende a lecionar, que cada um desenvolve seu método de ensino e que se pratica tudo que foi aprendido ao longo do curso. Esse fator, muitas vezes, é apontado pelos próprios alunos como um déficit nos currículos atuais dos cursos de licenciatura.

Assim, os atuais formandos estão saindo das universidades sem terem apresto algum no ensino de alunos especiais.

Diante desse quadro, muitos professores, se sentem impotentes para trabalhar com educação inclusiva, quer seja pela má formação que tiveram na faculdade, ou pela falta de estrutura que os colégios proporcionam para que seja feito um bom trabalho de desenvolvimento e aprendizado por parte dessas crianças.

Ainda sobre os professores, muitos se dizem despreparados por terem preconceito em trabalhar com essas pessoas, muitos a discriminam e são intolerantes com elas.

Existem relatos de professores que quando são obrigados a trabalhar com PNEE, se sentem mal e fazem de tudo para passar esses alunos de ano para que nunca mais voltem a vê-los, inclusive, baixando drasticamente a qualidade de suas aulas e suas formas de avaliação, o que acaba indo contra a tudo que lhes foi ensinado na faculdade e ao que está escrito na Constituição da República Federativa do Brasil, de proporcionar um ensino de qualidade para todas as pessoas.

Outros ainda, afirmaram que passam mal com esses alunos e que não são capazes de trabalhar com eles. E se, por algum motivo, algum aluno com PNEE tem algum tipo de ataque dentro da sala de aula, o professor, simplesmente, não consegue fazer nada para ajudá-lo, a não ser chamar alguém da coordenação ou

direção. Isso nos leva a outro grave fator, o de quebrar preconceitos, que começam dentro da universidade e passam para as escolas de todos os níveis de ensino.

Não adianta o governo disponibilizar verbas, investir em infraestrutura dos colégios, proporcionar tudo que seja necessário para a educação inclusiva, nem as universidades serem capazes de formar profissionais capacitados para trabalhar com alunos especiais se não for rompido o preconceito e a marginalização as quais essas pessoas são submetidas.

A escola deve ser um espaço onde as pessoas praticam a cidadania, compartilham conhecimentos, experiências, de convivência com a diversidade. Deve ser onde, se aprende e desenvolve a tolerância com as pessoas que vivem de modo diferente e que não se encaixam nos padrões da sociedade.

Por isso é tão importante capacitar profissionais para o trabalho com PNEE, para que, aos poucos, o preconceito seja vencido e para que essas pessoas tenham a oportunidade de ter uma educação de qualidade, capaz de prepará-las para o convívio em sociedade e que possa inseri-las no mercado de trabalho e, com isso, aprender a respeitar as diferenças de cada um e tira-las da condição de miséria a qual, muitas vezes são submetidas.

Com tudo que foi escrito nesse trabalho fica claro que a educação inclusiva no Brasil ainda está longe de ser realizada plenamente por todos os níveis educacionais, da educação básica ao nível superior, porém muito já foi feito nessa área para se garantir o direito constitucional à educação que todos nós temos e muita coisa já mudou em relação as pessoas com deficiência nos últimos anos e muita ainda precisa mudar para que possamos viver em um sociedade mais justa e igualitária, capaz de proporcionar oportunidades para todas as pessoas, independente das limitações que elas possuem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYER, Hugo Otto. **A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação**. Cadernos Educação Especial. Ed. 2003. N.º 22 <Disponível em <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2003/02/a3.htm>> Acesso em 01 de março de 2011.

BORGES, Andrea Macedo Rangel. **Educação Inclusiva no DF: Potencialidades e Limites**. 2008, 53f. Monografia (Assistência Social). Universidade de Brasília, 2008.

BRASIL. Constituição(1988), Biênio 2009/2010, Brasília: Senado Federal.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. **Inclusão e prática docente no ensino superior**. Revista Educação Especial, ed. 2005, n.27 <Disponível em <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/01/a6.htm>> Acesso em 14 de março de 2011.

EIDELWEIN, Mônica Pagel. **Pedagogia universitária voltada à formação de professores na temática da inclusão**. Cadernos Educação Especial. Ed. 2005. N.º 26.<Disponível em <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2005/02/a9.htm>> Acessado em 01 de março 2011

FIGUEIREIDO, Adda Daniela Lima. **Os fundamentos do Ensino Inclusivo**. Módulo 5: Processos Reprodutivos, do curso de Licenciatura em Biologia a Distância da Universidade de Brasília.

Lei de Diretrizes e Bases, Brasil, 1996.< Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em 03 de março de 2011.

Lei nº 3.218, de 05 de novembro de 2003 <Disponível em: [http://www.mpdft.gov.br/sicorde/Leg\\_DF3218\\_2003.htm](http://www.mpdft.gov.br/sicorde/Leg_DF3218_2003.htm)> Acesso em 12 de maio de 2011

MENDES ,E.G. **A educação inclusiva e a universidade brasileira**. Espaço. Rio de Janeiro 18 (19), 2002

VITALIANO, Célia Regina. **ANÁLISE DA NECESSIDADE DE PREPARAÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE CURSOS DE LICENCIATURA PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**. Revista Brasileira Educação Especial, v.13, n.3, p.399-414, Set.-Dez. 2007.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VITALIANO, Célia Regina. **SUGESTÕES PARA APRIMORAR O CURRÍCULO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES COM VISTAS A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**. <Disponível em: [http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/docentes/conheca\\_celia\\_arq7.pdf](http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/docentes/conheca_celia_arq7.pdf)> Acessado em 14 de março de 2011.

## Anexos

### **Modelo de formulário da entrevista com alunos do LicBio**

Durante o curso, você recebeu algum tipo de preparo para lidar com alunos portadores de necessidades educacionais especiais (PNEE)? ( ) SIM ( ) NÃO

Você crê que o curso de biologia LicBio, da forma como está estruturado, é capaz de formar profissionais para lidar com PNEE? ( ) SIM ( ) NÃO

Durante o período de estágio obrigatório você trabalhou com algum aluno com PNEE?

( ) SIM ( ) NÃO

Caso tenha trabalhado, sentiu alguma dificuldade, algum receio para dar aulas para esse tipo de aluno?

( ) SIM ( ) NÃO

Caso tenha sentido, qual?

---

---

---

### **Modelo de formulário entrevista com professores da rede pública de ensino.**

Durante a sua graduação você recebeu algum tipo de preparo/orientação para o ensino de alunos especiais?

( ) SIM ( ) NÃO

Hoje, você se sente preparado para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?

( ) SIM ( ) NÃO

A escola onde trabalha te incentiva a se aprimorar/aprofundar nesse assunto?

( ) SIM ( ) NÃO